A DÍADE: JOVENS E CRIMINALIDADE

HE DYAD: YOUTH AND CRIME

BARBARA PAMPLONA SILVA*
DÉBORA APARECIDA DA SILVA**
GERCELEY PACCOLA MINETTO***

RESUMO

Este trabalho explora como tema a criminalidade do jovem e o Serviço Social, considerando que a violência e a criminalidade entre os jovens têm se desenvolvido de uma forma preocupante na sociedade brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pautada no método dialético, realizada no período de fevereiro a outubro de 2013, tendo como objetivo geral: evidenciar os principais fatores que levam o jovem ao mundo do crime e o papel do Serviço Social nesta realidade. Evidencia-se que os principais fatores que levam os jovens ao mundo do crime é a própria sociedade capitalista, que sobrepõe o ter ao ser, os conflitos e a ausência da instituição família na vida destes sujeitos. Neste contexto, destaca-se o Serviço Social como profissão interventiva que através de uma prática criativa, competente e libertadora, enfrente o grande desafio diante as determinações tradicionais do sistema penitenciário, para que se respeitem os direitos humanos e se faça justiça social a estes indivíduos, para que tenham oportunidade de uma reintegração social humana e digna.

Palavras-chave: Criminalidade. Jovem. Serviço Social.

*Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.

**Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Gerceley Paccola Minotto.

*** Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

ABSTRACT

This work explores as theme the criminality of young and the Social Service, considering that violence and criminality among the young have developed in an alarmingly way in Brazilian society. It is a literature search, based on the dialectical method, performed in the period from February to October of 2013, with the overall goal: highlighting the main factors that lead the young to the criminal world and the role of Social Service in this reality. It is evidenced that the main factors that lead the young to the criminal world is a capitalist society itself, which overlaps the possession than the being, the conflicts and lack of family institution in the lives of these individuals. In this context, it is highlighted Social Service as a interventional profession that through a creative practice, competent and liberating, faces the great challenge before the traditional determination of the prison system, in order to respect the human rights and make social justice to these individuals so that they have the opportunity of a human and dignified social reintegration.

Keywords: Criminality. Young. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em muitos outros países, a criminalidade é um dos principais problemas contemporâneos. A violência, sobretudo urbana, está no centro da vida cotidiana desta sociedade, invadindo as manchetes dos jornais e sendo matéria de programas de televisão, tornando-se assim, ameaçadora, progressiva e formadora de um profundo sentimento de insegurança para a população.

A violência praticada por jovens é um tema cada vez mais presente e assustador na vida cotidiana e nos meios de comunicação de muitos países. A juventude é a fase da vida adulta, cujo desejo de consumo é maior e a renda, menor. Construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente, porque os critérios que a constituem são históricos e culturais.

Nos dias atuais, são extremamente visíveis as contradições de um regime capitalista que exclui grandes massas de jovens, negando-lhes o direito à infância, à escola, ao emprego e ao salário. O crescente número de jovens envolvidos no mundo do crime gera um movimento de solicitação de medidas repressivas por parte da população, que desconhece as raízes do problema, as formas de atenção e de prevenção necessárias para o enfrentamento da questão.

Neste contexto, cabe ao Serviço Social, no âmbito do sistema prisional uma posição crítica, criando novas estratégias de intervenção, fundamentada em uma perspectiva que proporcione a transformação social na vida destes sujeitos, compondo forças com demais profissionais que acreditam na possibilidade de mudanças como propõe Faleiros (2001, p. 86) quando cita: “Tenho defendido a proposta de que é possível e viável a construção, em interação com outros agentes, de uma estratégia de ação profissional sem se perder a força e o conhecimento específicos”.

Mediante tais considerações, tratar da criminalidade praticada por jovens torna-se instigante, tendo em vista o índice avassalador de envolvimento destes, no mundo do crime. A violência e a criminalidade entre os jovens têm crescido e vem sendo alvo de noticiários constantes. Em decorrência disto, surge o interesse nas pesquisadoras, em desvendar esta realidade para entender os principais fatores que levam os jovens ao mundo do crime.

Acredita-se que o estudo é de grande valia para o Serviço Social, podendo contribuir para novas formas de atuação, nas unidades prisionais, possibilitando ao Assistente Social, a formulação de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar os direitos dos jovens sentenciados, advindos de uma realidade difícil e complexa, decifrando com eles, a dura realidade de uma sociedade de classes, apontando outras saídas de enfrentamentos, que não seja o mundo do crime, como pontua Iamamoto (2008, p.20):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Considerando esta realidade citada, ao questionar: O que leva um jovem ao mundo do crime? Têm-se, algumas variáveis que necessitam ser investigadas, para que se possam obter respostas positivas à realidade.

A hipótese sugerida, é que a divisão social do trabalho, advinda da sociedade capitalista, cindiu as classes sociais em burguesia, aqueles detentores dos meios de produção, do poder político, econômico, científico, religioso e cultural, logo, uma classe privilegiada, em contraposição, a outra classe, a proletária que vende sua força de trabalho, da qual advém grande parcela da população, os trabalhadores, detentores da mão de obra, geralmente, excluídos dos bens e serviços, tornando-se muitas vezes seres invisíveis.

Neste contexto, a família, que é a principal responsável pela formação da consciência cidadã do jovem e, também apoio importante no processo de adaptação das crianças para a vida em sociedade, que, com a crise do mundo do trabalho tiveram seu entorno abalado, em especial a mulher, que se insere ao mundo do trabalho, muitas vezes, como principal responsável pelo orçamento doméstico.

Os filhos, por sua vez, vivem o assombro de uma sociedade que ameaça não lhes abrir espaço no mundo do trabalho, a despeito de uma grande oferta consumista do mercado. Estas razões, acrescidas de outras adversidades culturais, sociais, ausências e conflitos familiares, acabam gerando graves consequências na formação dos jovens, alimentando valores egocêntricos, que os levam ao mundo do vício, as futilidades e, como resultados acabam

sendo levados para o mundo do crime, na ânsia compulsiva do ter a qualquer custo, fazendo com que esqueçam ou até ignorem o próprio ser humano.

Diante desta realidade, cabe ao Serviço Social atuar de forma criativa e ética, com ações pautadas no projeto ético político da profissão, intervindo de uma maneira competente nas diversas expressões da questão social apresentadas, dentre elas, a criminalidade.

Para verificação da hipótese sugerida, se estabeleceu como objetivo geral: evidenciar os principais fatores que levam o jovem ao mundo do crime e o papel do Serviço Social nesta realidade e, como específicos: identificar as causas que levam o jovem à criminalidade; revelar as consequências para os jovens que se envolvem no mundo do crime e, apontar o papel do Serviço Social nesta realidade.

Ainda, se torna assertiva para este estudo a pesquisa bibliográfica, fundamentada em fontes como: livros, revistas especializadas, artigos científicos, legislações e dicionários. Esta pesquisa fora realizada no período de fevereiro a outubro de 2013, cujo método é o dialético, pois se busca desvelar teoricamente, a citada realidade através de explicações detalhadas, rigorosas e exatas de toda ação desenvolvida no método de trabalho de pesquisa.

Como pontua Andrade (1999, p. 111) a metodologia é: “O conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Em se tratando da pesquisa bibliográfica, Gil (1987, p. 71) pontua:

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Já, a respeito do método dialético, Gil (1987, p. 31) afirma:

As considerações acerca da dialética costumam ser polêmicas, porque invariavelmente conduzem a questões de natureza ideológica. Entretanto, a dialética envolve muito mais aspectos do que geralmente se supõe. Pode-se, fundamentalmente, considerá-la sob três aspectos: a) como filosofia da natureza; b) como lógica do pensamento aplicada

à compreensão do processo histórico das mudanças e dos conflitos sociais; e c) como método de investigação da realidade.

Logo, para realizar um trabalho com o rigor científico que se pede numa pesquisa bibliográfica, busca-se primeiramente, no item 2.1, apresentar a diferenciação entre crime, criminalidade e criminologia, como sendo o crime um ato que viola uma norma de conduta; a criminalidade o estudo estatístico de índices do crime e, a criminologia como um conjunto de conhecimentos que se ocupam do crime, da criminalidade e suas causas, da vítima e do controle social do ato criminoso.

Em se tratando da criminalidade com jovens, no item 2.2, aborda-se a significação de ser jovem numa sociedade capitalista, bem como, o estatuto da juventude, o significado de ser jovem, a exclusão e as dificuldades que os mesmos enfrentam para se inserirem na sociedade.

No item 2.3, discute-se o papel da família na vida do jovem, tratando-se também, da ideia e interpretação de família, da importância da mesma para a consciência cidadã do jovem e como instituição protetora de sua prole.

Por sua vez, no item 2.4, aborda-se o Serviço Social como uma profissão interventiva, investigativa, inserida na divisão social do trabalho, que atua na elaboração de políticas sociais e na efetivação de direitos sociais, além de atender, interpretar e intervir na realidade social, envolvendo a totalidade da vida humana. Ainda, é mister abordar nesta realidade, as múltiplas expressões da questão social, uma vez que dentre elas encontra-se a criminalidade.

Iamamoto (2008, p. 28) pontua:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam [...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social [...]

Finalmente, o trabalho trás os aportes conclusivos que o estudo aponta.

2 TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIME, CRIMINALIDADE E CRIMINOLOGIA NO BRASIL

Apresenta-se neste item o significado de crime, criminalidade e criminologia, entendendo o crime como um ato que viola uma norma de conduta, a criminalidade o estudo estatístico de índices do crime e a criminologia como um conjunto de conhecimentos que se ocupam do crime, da criminalidade, bem como de suas causas, da vítima e do controle social do ato criminoso.

Tendo-se ainda, como objeto de estudo a criminalidade entre os jovens, entender o significado de ser jovem hoje, numa sociedade capitalista e de classes e da família como instituição protetora e responsável pelos seus dependentes, também se torna imprescindível para maior compreensão desta realidade.

2.1 Diferenciação entre crime, criminalidade e criminologia

Para falar em criminalidade, primeiramente, há que se entender o significado de crime, sendo este, em termos jurídicos, considerado toda conduta típica, ante jurídica (ou ilícita) e culpável, praticada por um ser humano. Em um sentido vulgar, crime é um ato que viola uma norma de conduta e, num sentido formal, crime é uma violação da lei penal incriminadora.

Segundo pontua Capez (2008, p. 113) o crime pode ser conceituado sob os aspectos material e formal ou analítico, a saber:

Aspecto material: é aquele que busca estabelecer a essência do conceito, isto é, o porquê de determinado fato ser considerado criminoso e outro não. Sob esse enfoque, crime pode ser definido como todo fato humano que, propositada ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bem jurídico, considerado fundamental para a existência da coletividade e da paz social. Aspecto formal: o conceito de crime resulta da mera subsunção da conduta ao tipo legal e, portanto, considera-se infração penal tudo aquilo que o legislador

descrever como tal, pouco importando o seu conteúdo. Considerar a existência de um crime sem levar em conta sua essência ou lesividade material afronta o princípio constitucional da dignidade humana. Aspecto analítico: é aquele que busca, sob um prisma jurídico, estabelecer os elementos estruturais do crime. A finalidade deste enfoque é propiciar a correta e mais justa decisão sobre a infração penal e seu autor, fazendo com que o julgador ou intérprete desenvolva o seu raciocínio em etapas. Sob esse ângulo, crime é todo fato típico e ilícito. Dessa maneira, em primeiro lugar deve ser observada a tipicidade da conduta. Em caso positivo, e só neste caso, verifica-se se a mesma é ilícita ou não. Sendo o fato típico e ilícito, já surge a infração penal. A partir daí, é só verificar se o autor foi ou não culpado pela sua prática, isto é, se deve ou não sofrer um juízo de reprovação pelo crime que cometeu. Para a existência da infração penal, portanto, é preciso que o fato seja típico e ilícito.

No que se refere à definição legal de crime no Brasil, Bitencourt (1999, p. 179) dispõe que:

A Lei de introdução ao Código Penal brasileiro (Decreto-lei 3.914/41) faz a definição de crime: “Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Ainda, no que se refere ao crime, Gomes (2004, p. 13) considera: “O crime pode ser entendido como injusto penal ou como injusto punível. Injusto penal (ou tipo de injusto) significa o fato típico e antijurídico (já valorados como tais)”.

No processo inevitável de crescimento da sociedade moderna, o crime se torna mais desafiador das normas e regras que circundam a vida social, embora a relação crime e sociedade sejam existentes desde a antiguidade.

Entende-se por criminalidade o estudo estatístico de índices do crime. A palavra origina-se do latim *criminalitatem*, que significa o conjunto de crimes. Esta pode ser conceituada um fenômeno antissocial, interessando-se pelos resultados administrativos e técnicos com que ocorrem os crimes. Lira (1964, p. 51-53) define a criminalidade como:

Criminalidade é o conjunto de crimes socialmente relevantes e das ações e omissões que, embora não previstas como crime, merecem a reprovação máxima. [...] A criminalidade não resulta da soma ou média dos crimes, que, por si só, tem apenas interesse administrativo e técnico ou, em certos casos, moral.

Desta forma, a criminalidade se atenta a todos os tipos de comportamentos criminosos cada qual em seu grupo, concluindo-se através de estatísticas e médias e a frequência com que ocorrem. A criminalidade é algo complexo e que envolve muitos fatores, a mesma, ao longo dos tempos, tem se multiplicado na sociedade sendo atingida de uma forma violenta pelo crime.

Tratando-se de criminologia, a mesma é compreendida como um conjunto de conhecimentos que se ocupa do crime, da criminalidade e suas causas, da vítima, do controle social do ato criminoso, bem como da personalidade do criminoso e da maneira de ressocializá-lo.

Molina (2006, p.28) define a criminologia como:

Ciência empírica e interdisciplinar que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime - contemplando este como problema individual e como problema social -, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnica de intervenção positiva no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistema de resposta ao delito.

A criminologia se ocupa do crime, mas este interessa também a outras ciências, disciplinas e ramos do saber. Para a Criminologia, o crime se apresenta, antes de tudo, como um problema social e comunitário e não só um comportamento individual, sendo a mesma a verdadeira filosofia do crime e do criminoso, que tem como valores principais a criminalidade e a sociedade.

No que se refere à definição de criminologia, Júnior (2003, p. 21) dispõe que é uma ciência humana e social que estuda:

- a) O homem criminoso, a natureza de sua personalidade e os fatores criminógenos;
- b) A criminalidade, suas geratrizes, o grau de sua nocividade social, a insegurança e a intranquilidade que ela é capaz de causar à sociedade e aos seus membros;
- c) A solução do problema da criminalidade e da violência através do emprego dos meios capazes de prevenir a incidência e a reincidência no crime, evitando ou eliminando suas causas.

Neste sentido e sob a ótica do autor, se vê a complexidade da definição da criminologia, pois, não trata apenas do ato do ser humano, mas também, do seu meio, ratificando que é um problema social e não apenas individual.

A criminologia se divide em dois pensamentos: A Criminologia crítica, sendo esta uma teoria criminológica de inspiração marxista e criminologia positivista ou neoliberal. Na criminologia positivista ou neoliberal, o crime advém das características morais e individuais de cada indivíduo, é a criminologia divulgada em jornais e revistas nos dias atuais. Do ponto de vista da criminologia crítica, as causas do crime provêm da questão social, ou seja, o foco da análise transpõe-se para o Estado, para a sociedade, de uma forma grosseira e simplista, a culpa é do Estado.

Ainda, no que se refere à criminologia, Mirabete (2003, p. 12) pontua sobre criminologia crítica:

[...] Criminologia não deve ter por objeto apenas o crime e o criminoso como institucionalizados pelo direito positivo, mas deve questionar também as formas mais relevantes, adotando uma postura filosófica. Nesse posicionamento a que se deu o nome de criminologia crítica, cabe questionar os fatos “tais como a violação dos direitos fundamentais do homem, a infringência de castigos físicos e de torturas em países não democráticos; a prática de terrorismo e de guerrilhas; a corrupção política, econômica e administrativa” [...].

Portanto, a criminologia possui como função, a informação à sociedade e ao poder público, o crime causado pelo indivíduo, a vítima e o controle social. Percebendo o enigma relacionado ao crime, com o propósito de prevenção, explicando o mesmo de uma forma científica, a sua essência e suas principais características. Não possui, portanto, a pretensão de prejudicar o indivíduo que cometeu o crime, mas sim, de interferir em suas ações, prevenindo-o de futuras, e, buscando respostas aos problemas humanos e sociais.

Aduz-se aqui também, a diferenciação entre crime, criminalidade e criminologia, como sendo o crime um ato que viola uma norma de conduta; a criminalidade o estudo estatístico de índices do crime e, a criminologia, como um conjunto de conhecimentos que se ocupam do crime, da criminalidade e suas causas, da vítima e do controle social do ato criminoso como já citado.

Assim, quando um indivíduo pratica um ato que viola uma norma de conduta, trilha muitas vezes a vida do crime, uma vez infringido o ordenamento jurídico legal, criado pelos setores dominantes da sociedade capitalista, o que lhe resta é o confinamento em prisões. Ao sair desta, deverá ser reintegrado à sociedade, já que o aprisionamento não consegue reintegrá-los, pois, não está preparado e nem apto para desempenhar tal tarefa, sendo a mesma de sua competência.

Com o aumento cada vez maior da criminalidade e as prisões cada vez menos preparadas para a reintegração daqueles que dela saíram, as quais ainda têm muito a avançar em âmbito estatal, com iniciativas que, realmente, sejam transformadoras e equitativas à realidade, frente à complexidade da questão social que representa o universo do sistema penitenciário, devido em parte também, pela desorganização que as famílias se encontram, em decorrência a tantas alterações sofridas no próprio processo histórico da sociedade, as quais, geralmente, acabam afetando seus componentes, em especial crianças, adolescentes e jovens.

Sob este ponto de vista, nos próximos itens, abordar o jovem e a família como instituição responsável por ele, se tornam elementos importantes para o desvelamento do objeto de estudo.

2.2 O que é ser jovem numa sociedade capitalista

Esclareça-se por oportuno, que o conceito de jovem vem definido no Estatuto da Juventude, através do Projeto de Lei Nº 4.529/04 (2004, p. 5) como sendo integrantes da juventude:

Definimos os integrantes da juventude como as pessoas cuja idade esteja compreendida entre os quinze e os vinte e nove anos. Para não perder de vista a existência de faixas etárias intermediárias, pois os desafios colocados para os jovens de 16 anos são bastante distintos dos enfrentados pelos jovens de 24 ou 29 anos, propusemos a seguinte subdivisão etária: a) jovem-adolescente, entre quinze e dezessete anos; b) jovem-jovem, entre dezoito e vinte e quatro anos; c) jovem-adulto, entre vinte e cinco e vinte e nove anos.

Desta forma, perpassar pelo significado de jovem, procurando entender como pensam e agem estes sujeitos frente às mazelas que sofrem as famílias hoje, dentro de uma sociedade, cujo ideário é o capitalismo selvagem, também se torna mister.

Para entender quem é o jovem nesta sociedade capitalista, é preciso um esforço, pois não há um conceito estagnado. Tudo está em movimento e vários fatores vão interferir. Por um lado, objetivamente falando, o jovem é desempregado ou mau empregado, sofre muita violência, há um grande número de jovens encarcerados e também estigmatizados pela sua condição de ser jovem. E, subjetivamente falando, o jovem se sente muito cobrado para produzir resultados, para ser alguém que nem sempre é o que ele deseja ser.

Losacco (2005, p. 69) salienta:

Os adultos atrelam à estética o grau de sucesso possível dos adolescentes de atingir a transição para a idade adulta. A ansiedade e a preocupação parentais sobre a capacidade de o jovem enfrentar seus problemas e conseguir *status* adulto satisfatório não o ajudam a formar sua autoconfiança. Ao contrário, aumentam sua ansiedade e insegurança.

Vale ressaltar que o capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos. Decisões sobre oferta demandam preço, distribuição e investimentos não feitos pelo governo e os lucros são distribuídos para os proprietários (donos dos meios de produção) que investem nas próprias empresas, pagadoras dos salários aos trabalhadores, sempre com a mais valia.

Singer (1987, p.07) pontua que:

Deste ponto, o capitalismo se assemelha a um gigantesco cassino, em que os pobres sonham com riqueza súbita, jogando no bicho ou na loto, ao passo que ricos acumulam afanosamente signos de valor (moedas, saldos bancários, títulos de dividas) à procura de uma segurança que jamais encontram.

A divisão social do trabalho, advinda da sociedade capitalista, cindiu as classes sociais em burguesia, aqueles detentores dos meios de produção, do poder político, econômico, científico, religioso e cultural, logo, uma classe privilegiada e, em contrapartida, a outra, proletária, na qual se encontram a grande parcela da população, os trabalhadores, detentores da mão de obra, geralmente, excluídos dos bens e serviços, tornando-se muitas vezes seres invisíveis.

Siqueira (2001, p.61) considera que: “As relações sociais estabelecidas entre o capital e o trabalho determinarão a conduta do cidadão, reservando a ele trabalhador, alternativas de sobrevivência que, seja qual for a escolhida, sempre beneficiarão o capital”.

Deste modo, a sociedade moderna capitalista e, conseqüentemente, os jovens, vivem em função de necessidades geradas pela cadeia consumo-produção-consumo.

Ianni (1988, p. 08) dispõe:

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, pois, mercantiliza a força de trabalho, transforma as próprias pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho.

O jovem sofre diretamente as consequências do sistema capitalista, em especial, as dificuldades financeiras e a violência existente hoje, principalmente, nas periferias, onde isto é estimulado pela discriminação que, obviamente, afeta a oferta do emprego para o mesmo.

Losacco (2005, p. 72) sobre esta questão relata:

[...] dos jovens de classes menos favorecidas e dos segmentos mais pobres da sociedade, exige-se a entrada precoce no mundo do trabalho. Sem a possibilidade da preparação necessária (escolaridade formal, cultural e técnica) para um desempenho de um papel profissional especializado, vemos cada vez mais dificultada a conquista de emprego e ampliada a exploração de sua mão-de-obra, exploração esta concretizada pelos baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalhos para a garantia de sua manutenção.

Entretanto, os jovens apresentam-se como o fruto, o resultado de uma sociedade cada vez mais capitalista e extremamente consumista. Este sistema tem investido no público jovem, priorizando-o. A mídia dita padrões, tornando a vida das pessoas cada vez mais artificiais. O supérfluo parece imperar na vida dos indivíduos desta sociedade contemporânea, como se o mesmo fizesse parte de sua sobrevivência.

Uma das maiores dificuldades que os jovens enfrentam hoje para se inserir na sociedade é uma das grandes preocupações da sociedade, dos governos e dos organismos internacionais mais respeitados. A exclusão sucede de um conjunto de fatores, entre os quais, certamente, se destacam a inoportunidade da educação oferecida aos jovens, diante das novas exigências do mundo atual e as elevadas taxas de desemprego e subemprego juvenil, as quais,

em quase todos os países, sobretudo da América Latina, duplicam e até triplicam às correspondentes aos adultos e, como se tem observado, não demonstra tendência à queda.

A respeito desta questão Madeira e Rodrigues (1998, p. 428) pontuam:

A dificuldade de acesso ao trabalho se agrava nos grupos de menor escolaridade e se transforma, na maior parte dos casos, em uma exclusão estendida, dado que quem não tem emprego não tem rendimento próprio e, portanto, não possuem nem condição de vivenciar sua própria juventude, nem motivação e disposição de elaborar projetos de futuro para sua vida adulta.

É neste cenário de erosão da autoestima e desesperança, que a violência encontra terreno propício para se sofisticar, instalar e crescer. Porém, as consequências ultrapassam os prejuízos vividos pelos diretamente afetados - os jovens - pelo desemprego ou pela violência, comprometendo também o futuro dos países.

Madeira e Rodrigues (1998, p. 428) dispõem também que:

O jovem é um ator privilegiado no processo de desenvolvimento, pois só ele é capaz de decifrar os novos códigos e conteúdos que estão emergindo no atual modelo de sociedade, que esperamos conseguir minar o imobilismo e o conservadorismo que persistem em nossas sociedades, bem como a pobreza e a violência que sonhamos erradicar.

A juventude é uma espécie de moratória entre a infância e a vida adulta, um espaço para o aperfeiçoamento individual e para o desfrute do prazer e do lazer, antes das responsabilidades da vida adulta. Na realidade, hoje (e certamente a mídia e a imposição do consumo têm grande responsabilidade nisto) ser jovem é mais do que pertencer a uma faixa etária específica, é viver um estilo de vida amplamente valorizado na sociedade.

No entanto, os jovens possuem intrinsecamente, uma capacidade de produzir mudanças na sociedade, transmitindo para as futuras gerações um novo estilo de vida,

capacidades e conhecimentos adquiridos com a própria família, aos quais caberão retransmitirem para as novas gerações. Destacando-se então, o grande peso que a instituição família possui na educação dos futuros cidadãos de uma sociedade.

2.3 O papel da família na vida do jovem

O Brasil, cada vez mais urbano, vem sendo marcado por profundas transformações sociais, econômicas, culturais, éticas e mesmo ao nível do comportamento humano. Permanece, contudo, um consenso em torno da família como espaço privilegiado para a prática de valores comunitários e o aprofundamento de relações de solidariedade.

Segundo Ferrari e Kaloustian (2000, p.11) a família brasileira:

[...] em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos.

A família é o pilar de sustentação, o ponto referencial, a base de todo homem, sendo que a mesma é e sempre será, o ponto de apoio para todo ser humano, seja ele criança/adolescente, adulto ou idoso.

Família não deve ser entendida somente como uma casa onde reside pai, mãe e filhos, e sim compreender que no bojo das transformações sociais, surgem novas concepções de família, que devem ser consideradas principalmente, como um grupo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um período de tempo e que se acham unidas seja por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade (BRASIL, 2003).

Ainda, no que se refere à família, Losacco (2005, p. 64) dispõe:

Entendemos por família a célula do organismo social que fundamenta uma sociedade. [...] é a instância predominantemente responsável pela sobrevivência de seus componentes; lugar de pertencimento, questionamentos; instituição responsável pela socialização, pela introjeção de valores e pela formação de identidade; espaço privado que se relaciona com o espaço público.

A Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança, no ano de 1990, já afirmava sendo o papel da família desde a infância como:

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão.

Considera-se a família, como um dos principais agentes da socialização e da reprodução de valores e padrões culturais dos indivíduos, já que neste espaço, se tramam relações que envolvem posições etárias, posições sexuais, produtoras e reprodutoras das representações sociais, que justificam e aconselham várias práticas familiares e sociais.

A ideia de família, tem se alterado ao longo dos tempos. Nos dias atuais, esta instituição tem sido pensada em um sentido mais amplo, não apenas como pessoas ligadas pelo sangue, mas também por todos que convivem num determinado espaço.

A sociedade contemporânea, há tempos, vem sofrendo profundas mudanças, transportando significativas repercussões nas relações de trabalho e de produção. Já, a família contemporânea brasileira é atravessada por inúmeros desafios, e várias mazelas fazem parte do seu cotidiano, tais como a violência, o desemprego, a pobreza, as drogas e outras dificuldades.

Oliveira (1999, p.17) pontua que:

Tratar de temáticas da família contemporânea é incursionar por questões complexas e por realidades reconhecidamente em transformação. Percebemos então, que entender a constituição familiar requer uma observação atenta e um olhar crítico para as diversas questões que perpassam a família, a comunidade, e a realidade social na qual está inserida. São necessários vários aspectos para se compreender o objeto em questão.

Os grupos familiares existentes no cotidiano podem ser entendidos como frutos do processo histórico, em que os padrões, costumes e necessidades da sociedade, construídos ao longo do tempo, contribuíram para moldá-los, assim como os papéis de cada membro da família. A mesma, em suas distintas formas, está ligada às diferentes estruturas da sociedade, apresentando relações variadas, que demonstram as diversas formas de estrutura familiar que o homem é capaz de desenvolver.

Segundo Oliveira (1999, p. 40 - 41):

Assim, a família é não somente uma instituição de origem biológica encarregada de transformar um organismo biológico em ser humano, mas também uma construção social, um espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção integral dos filhos e de seus demais membros independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estruturam.

A família constitui-se a instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social são desenvolvidos e sustentados e, além disso, transmitidos os valores e condutas pessoais. Ela apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social a qual está introduzida.

Conforme Oliveira (1999, p. 45):

A família é sujeito capaz de comportar-se estrategicamente, realizando avaliações e escolhas diante de desafios e recursos numa perspectiva temporal, constituindo-se em um sistema de interação interdependente, pois mantém seus membros implicados na capacidade de alterar o comportamento uns dos outros através de seus próprios movimentos.

Deveras, a família é imprescindível para os jovens de hoje, de ontem, e principalmente, para os jovens de amanhã. Os mesmos fazem parte de um reflexo de vida, representando tudo àquilo que, de alguma forma vivenciaram ao longo da vida, como pontua Losacco (2005, p.67) quando relata: “Lembremos que esse período da vida é composto de momentos de particular complexidade, os quais deixam marcas que advêm de registros vivenciais”.

Ferrari e Kaloustian (2000, p.13) pontuam: “A família é percebida não como simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interagente da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes”.

Assim, a juventude é a etapa, pela qual todos devem passar, e experimentar as suas próprias descobertas, e com isso, fazer com que estas sejam lições para a vida adulta, tendo esta, muita ligação com a adolescência e a infância. O jovem que vivencia tais etapas de forma positiva e construtiva, certamente, estará preparado para o enfrentamento de desafios durante sua vida adulta.

Losacco (2005, p. 67) evidencia:

A fim de transpor as dificuldades de modo a garantir a qualidade necessária para a vida adulta, o jovem necessita de parceiros que o ajudem a construir formas adequadas de superação das incertezas e dos conflitos advindo das novas experiências corporais e relacionais.

Deve ser a família, a principal responsável pela formação da consciência cidadã do jovem e também apoio importante no processo de adaptação das crianças para a vida em sociedade. Uma boa educação dentro de casa garante uma base mais sólida e segura no contato com as adversidades culturais e sociais.

Vicente (2000, p. 54 - 55) dispõe que:

A construção de uma sociedade democrática passa por uma transformação destas relações, por uma nova compreensão da vitalidade do conflito, pela produção de novas respostas, centradas no único método não violento: o diálogo. Dialogar e aprender a conviver com as diferenças são instrumentos do mundo adulto com o infanto-juvenil.

Portanto, a família, a comunidade e a sociedade civil, devem participar amplamente da elaboração de alternativas, priorizando o apoio à família para que esta possa cumprir com o seu papel e missão para com seus membros.

Deste modo, a ausência, a negligência e os conflitos familiares, podem gerar graves consequências na formação da criança e do adolescente, alimentando valores egocêntricos, que podem levá-los ao mundo do vício, das futilidades, como também da criminalidade.

Quando a criminalidade têm implicações no cotidiano da família e, se a violência é o efeito de uma série de causas geradas por tantas outras expressões da questão social como: o desemprego, o analfabetismo, a prostituição, a drogadição, dentre tantas outras, tais expressões têm, no Serviço Social, como área de intervenção, fundada pela visão da garantia dos Direitos Humanos e Sociais, na busca de promover tais direitos por meio da recomposição dos vínculos afetivos, a capacitação que lhes proporcionem a autonomia necessária para que retomem seus rumos.

2.4 A criminalidade e o papel do Serviço Social nesta realidade

O profissional de Serviço Social está inserido, há mais de 50 décadas na área do sistema Penal, desde 1951, mas somente em 1975 a profissão foi estabelecida e legitimada a partir da criação da Divisão do Serviço Social, que foi um marco fundamental para avanços nesta extensa trajetória, que hoje se denomina de "questão penitenciária", claro que coletivamente, pois se trata de um processo desenvolvido no trabalho penitenciário.

No início da década de 1980, surgem às primeiras produções de estudos do Serviço Social que abordam de um modo crítico, com base no materialismo histórico dialético, a

instituição, as políticas de assistência, a política social como um todo e o lugar do Serviço Social na divisão sócio-técnico do trabalho. Esta nova abordagem expõe uma nova vertente de questionamento, apresentando a questão social sob a análise, a partir do referencial marxista, através do movimento da história e da compreensão da sociedade como uma totalidade dentro do método dialético.

Segundo Iamamoto (2008, p.19): “Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação”.

Trabalhar no Serviço Social de uma unidade prisional deve então, ter a função de instrumento de reintegração social, para o qual os profissionais necessitam da consciência de seu papel de agente transformador da sociedade, buscando exercer uma visão humanizada do sentenciado, partindo do princípio de que o indivíduo é um ser social e que sua coexistência é a estrutura das relações humanas.

Assim, Siqueira (2001, p. 54) dispõe:

Diante dessa realidade, pretende-se que este trabalho incentive uma reflexão, colaborando, assim, para o desenvolvimento de uma prática do Serviço Social que ultrapasse o imediatismo, e que se comprometa com os interesses dos encarcerados.

Reintegração Social, recuperação, ressocialização, readaptação, reinserção, reeducação social e reabilitação, de um modo geral, são sinônimos que expressam a respeito do conjunto de características que permitem ao sujeito tornar-se produtivo para si mesmo, à sua família e a sociedade, por isto, o assistente social quando atua nesta realidade deverá tê-los muito bem delineados no exercício de sua prática, para ser realmente um agente facilitador de mudanças.

No que diz respeito à ressocialização destes sujeitos, o Serviço Social tem como objetivo, resgatar a dignidade e a autoestima dos mesmos, proporcionando condições para um amadurecimento pessoal e efetivando projetos que contribuam para a vida profissional destes.

Esta reintegração do sentenciado à sociedade depara-se com múltiplas barreiras, as quais impossibilitam qualquer empenho institucional de recuperação do indivíduo criminoso. Neste combate, é necessário dispor não apenas de uma estrutura carcerária eficiente, capaz de proporcionar ao preso uma qualificação mínima de subsistência ao ser livre, mas, além disso, com o suporte da sociedade, proporcionando o retorno do mesmo à vida frutífera, acolhendo-o

em todo o domínio da sociedade, sem qualquer preconceito em relação à conduta progressa destes indivíduos.

Guindani (2001, p.43) pontua:

O assistente social, por meio de suas múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência/criminalidade. Com isso, promove o processo de inclusão social dos apenados, bem como a desmitificação da identidade socialmente construída.

Diante do grande aumento da violência e da criminalidade, houve uma considerável aproximação da temática da execução penal, das instituições de controle do aparato estatal, com vistas que se começava a enxergar a necessidade de pesquisa para formular conhecimentos embasados no real contexto societário, já que a mídia se aproximava cada vez mais desta realidade, porém, com uma visão um tanto distorcida do que realmente era e ocorria no sistema penal brasileiro.

Siqueira (2001, p. 60) ainda pontua que:

O fato é que a violência e a criminalidade têm implicações imediatas para o cotidiano de todos e, além disso, se a violência é efeito, pode vir a ser causa ou, pelo menos, ter implicações profundas na transformação da realidade, cujos problemas têm de ser solucionados. Para o surgimento e o crescimento da violência, a exclusão social, que traz em seu rastro o desemprego, analfabetismo e prostituição, muito tem contribuído.

Entretanto, deve ser ressaltado que esse quadro de agravamento da violência tem como resultado a superpopulação carcerária existente hoje no país. Isso em razão da incapacidade de o Estado manifestar, em suas ações, a implementação de políticas públicas que supram as necessidades dessa grande parcela da sociedade.

Siqueira (2001, p. 60) ainda considera: “Com a ausência de proteção social por parte do Estado, certamente a classe detentora do capital, ditará as normas de convivência na sociedade segundo os seus interesses, em detrimento dos interesses dos desprotegidos”.

No entanto, não se pode negar que a criminalidade e a exclusão social caminham juntas. Não que todo excluído econômico vá tornar-se um marginal, mas será um marginalizado com grandes facilidades de trilhar a vida do crime, violando, assim, o ordenamento jurídico legal, criado pelos setores dominantes da sociedade, não lhe restando outro destino que não seja o confinamento nas prisões.

Diante desta realidade, a intervenção do profissional nos campos do sistema prisional, como exemplos, os Centros de Detenção Provisória (CDP), os Centros de Progressão Penitenciária (CPP), os Centros de Ressocialização (CR), as Unidades de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), as Penitenciárias, os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e as Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEF), deve estar pautada na perspectiva da passagem da exclusão para inclusão social, tendo o compromisso ético-profissional de articular e potencializar rede de apoio, serviços e políticas, que assegurem a reintegração social.

Mendes (2006, p.3) dá algumas sugestões para se combater os elementos do meio social que podem levar ao crime:

É preciso fortalecer determinações; criar freios à sedução do fácil, mas ilícito; e reforçar a ideia de que é a luta para se obter que agrega valores ao que se conquista. Presos ou egressos da prisão, continuamos humanos e, como tais, capazes de vencer obstáculos. Ao criarmos soluções para nossas dificuldades, nos adensamos até os ossos e acabamos por expandir e comunicar nossa liberdade ao mundo.

A trajetória do Serviço Social, como área de intervenção orientada pela visão da garantia dos Direitos Humanos, busca promover os direitos dos jovens sentenciados, por meio da recomposição dos vínculos com a sociedade, visando propiciar condições para a autodeterminação responsável dos mesmos. Os Assistentes Sociais são profissionais capacitados para pesquisar, elaborar, executar políticas sociais, planos, programas e projetos

assistenciais, terapêuticos, promocionais e educativos junto a uma realidade que constitui a vida prisional.

Assim como pontua Torres (2001, p.76 - 77) quando discorre:

Ao Serviço Social como profissão cabe a tarefa de confrontar-se com a realidade das prisões brasileiras, de modo crítico e ético, por meio de uma prática competente teórica e politicamente, viabilizando respostas que superem, também pela atuação profissional, este sistema punitivo violador incessante dos direitos humanos.

Assim, em nenhum momento, tratou-se tanto da questão carcerária no país: meios de comunicação social, autoridades, organizações da sociedade civil e a população em geral discutem os vários problemas e as consequências sociais da realidade que se tem hoje no sistema prisional brasileiro. Um sistema que apresenta sérias dificuldades e sobrevive caoticamente, mantendo em constantes conflitos e sob a dominação da violação dos direitos humanos milhares de homens e mulheres presos, eis aqui o grande desafio ao Serviço Social.

Conforme Torres (2001, p. 84):

O sistema penitenciário brasileiro é, em sua essência, violador dos direitos humanos dos presos e presas, com consequências prejudiciais à toda sociedade. Inúmeros relatórios de organismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos reportam-se a respeitada caótica situação do sistema penitenciário brasileiro, onde a violação dos direitos humanos dos presos é uma rotina diária.

Este cenário decorre da ausência de uma política institucional estabelecida e estruturada em níveis nacionais, que edifique novos critérios e objetivos para o sistema penitenciário além da segurança e do encarceramento. Conforme Torres (2001, p. 78): “O sistema prisional, em sua estrutura desumana, expressa também, a falta de vontade política e a incapacidade dos atuais governos de encaminhar soluções para os problemas brasileiros”.

O Serviço Social, como profissão que intervém no agrupamento das relações sociais e nas expressões da questão social, enfrenta no espaço do sistema penitenciário, determinações

tradicionais às suas atribuições, os quais não consideram os progressos da profissão no Brasil e o compromisso ético e político dos profissionais frente à população e as violações dos direitos humanos que são cometidas.

Para Torres (2001, p. 91) ainda:

Os assistentes sociais que estão vinculados a um projeto ético-político da profissão no Brasil, hoje, possuem um compromisso de participar desta luta social e política que garanta a defesa ética da realização dos direitos humanos como um processo a ser construído e alcançado.

Diante desta realidade, compete aos profissionais de Serviço Social, a realização de uma intervenção criativa e competente, para que se tenha uma sociedade mais justa e igualitária, desenvolvendo uma capacidade de decifrar a realidade para, assim, efetivar direitos a partir de demandas emergentes do cotidiano dos sujeitos em questão.

Iamamoto (2008, p.17) dispõe que:

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Ora, é dentro deste contexto que se insere o Serviço Social, enquanto profissão que intervém nas contradições que emergem da realidade, junto as diferentes expressões da questão social que aparecerem nas relações entre sujeitos encarcerados e sociedade.

Para Iamamoto (2008, p.75):

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de proposta que façam frente à questão social e que sejam solidárias com

o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Portanto, o Assistente Social, inserido no Sistema Penitenciário, precisa se valer de grande intencionalidade, contribuindo para que sujeitos, dentro ou fora da prisão, por meio de uma prática social cotidiana, possam se articular criticamente na compreensão da vulnerabilidade social da qual estes sujeitos fazem parte.

3 CONCLUSÃO

Ao se tratar de um tema como: A Criminalidade do Jovem e o Serviço Social se reconhece que hoje, se vive uma sociedade extremamente capitalista, na qual, lamentavelmente, se depara com uma grande parcela de jovens envolvidos no mundo do crime, e que os profissionais de Serviço Social, requerem diante deste contexto, um olhar humano e uma prática efetiva para que realmente obtenham resultados positivos na vida destes sujeitos.

Com relação aos objetivos levantados para o desvelamento da hipótese sugerida se tem como geral: evidenciar os principais fatores que levam o jovem ao mundo do crime e o papel do Serviço Social nesta realidade e, como específicos: identificar as causas que levam o jovem à criminalidade; revelar as consequências para os jovens que se envolvem no mundo do crime e, apontar o papel do Serviço Social nesta realidade.

Em se tratando das causas que levam o jovem ao mundo do crime, constatasse que a sociedade capitalista, cujo panorama da distribuição de renda é injusta, bastando andar pelas ruas das diferentes cidades brasileiras, para constatar-se a difícil realidade, e que o capital possui um grande aliado, a mídia, através da qual se dita padrões, impulsionam a todo o momento os jovens a obterem aquilo que não podem que na ânsia do consumismo, almejam a qualquer custo, como troca de serem sujeitos participantes desta sociedade em que poucos têm privilégios.

Por outro lado, também se constata que a família é a instituição responsável pela proteção e formação de sua prole, logo, é o ponto de apoio para os jovens, sendo

imprescindível na vida destes, desde a infância até a vida adulta, no entanto, quando esta é ausente em seu papel perante os filhos e, ou, lhes proporcionam uma convivência conflituosa, não possibilitando a estes, prazer, ou mesmo uma vida em família, esta contribui para que o jovem procure as ruas como conforto, daí seu ingresso ao mundo do crime, sendo esta (rua) a porta de entrada.

Como consequência para os jovens que se envolvem no mundo crime, tem-se a exclusão dos mesmos por parte da sociedade, de uma maneira punitiva e extremamente preconceituosa, fazendo com que estes indivíduos se sintam ou até mesmo se tornem seres invisíveis.

Já, com relação ao papel do Serviço Social nesta realidade, certifica-se que os profissionais de Serviço Social precisam, independentemente, de onde atuarem, ter intencionalidade em suas ações, ter clareza da dimensão política da profissão e, continuamente pautar seu agir profissional no projeto ético político da profissão, buscando intensamente contribuir para que estes indivíduos possam ser ressocializados de forma ética, humana e digna, intervindo nesta realidade de forma que tenham seus direitos efetivados e que lhes proporcionem ações em que consigam chegar à sua emancipação social, para que possam ser verdadeiramente agentes transformadores de sua própria história.

Mediante a hipótese sugerida, que a divisão social do trabalho, advinda da sociedade capitalista, cindiu as classes sociais em burguesia, aqueles detentores dos meios de produção, do poder político, econômico, científico, religioso e cultural, logo, uma classe privilegiada, em contraposição, a outra classe, a proletária que vende sua força de trabalho, da qual advém grande parcela da população, os trabalhadores, detentores da mão de obra, geralmente, excluídos dos bens e serviços, tornando-se muitas vezes seres invisíveis.

Neste contexto, a família, que é a principal responsável pela formação da consciência cidadã do jovem e, também apoio importante no processo de adaptação das crianças para a vida em sociedade, que, com a crise do mundo do trabalho tiveram seu entorno abalado, em especial a mulher, que se insere ao mundo do trabalho, muitas vezes, como principal responsável pelo orçamento doméstico.

Os filhos, por sua vez, vivem o assombro de uma sociedade que ameaça não lhes abrir espaço no mundo do trabalho, a despeito de uma grande oferta consumista do mercado. Estas razões acrescidas de outras adversidades culturais, sociais, ausências e conflitos familiares, acabam gerando graves consequências na formação dos jovens, alimentando valores egocêntricos, que os levam ao mundo do vício, as futilidades e, como resultados acabam

sendo levados para o mundo do crime, na ânsia compulsiva do ter a qualquer custo, fazendo com que esqueçam ou até ignorem o próprio ser humano.

Diante desta realidade, cabe ao Serviço Social atuar de forma criativa e ética, com ações pautadas no projeto ético político da profissão, intervindo de uma maneira competente nas diversas expressões da questão social apresentadas, dentre elas, a criminalidade.

Conclui-se, que a hipótese sugerida através das teorias de diferentes autores se comprova, uma vez que as variáveis investigadas, que os fatores que levam um jovem ao mundo do crime realmente é a divisão social do trabalho, advinda de uma sociedade extremamente capitalista, a ânsia compulsiva do ter a qualquer custo, bem como os conflitos familiares e a ausência do papel da família na vida destes jovens, são situações singulares e facilitadoras à inserção ao mundo do crime e, o Serviço Social através de uma prática libertadora enfrenta o grande desafio face às determinações tradicionais do sistema penitenciário, para que se respeitem os direitos humanos e se faça justiça social.

REFERÊNCIAS

Âmbito Jurídico. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2013.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BITENCOURT, C. R. **Manual de direito penal.** 5. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 47.930 de 7 de julho de 2003.** Disponível em <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/db/crsc>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 4.529, de 2004.** Disponível em: http://www.uje.com.br/estatutodajuventude/arquivos/pl_estatuto_juventude.pdf. Acesso em: 20 mar. 2013.

CAPEZ, F. **Direito penal.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. **A importância da família**. In: Família brasileira: a base de tudo. 4. ed. Brasília, DF: Cortez, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, L. F. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2006.

GOMES, L. F. **Direito penal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2004.

GUINDANI, A. A. **Tratamento penal**: a dialética do instituído e do instituinte. In: Revista serviço social e sociedade, n° 67, 2001.

HABERMANN, J. C. A. **A Ciência criminológica**. Revista de direito, v. 13, n° 17, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **Marx sociologia**. 6. ed. São Paulo: Ática S.A., 1988.

JUNIOR, J. F. **Manual de criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

LIRA, R. **Criminologia**. São Paulo: Forense, 1964.

LOSACCO, S. O Jovem e o contexto familiar. ACOSTA A. R.; VITALE. M. A. F. (Org.). In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MADEIRA, F. R.; RODRIGUES, E. M. Recado dos jovens: Mais qualificação. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, v. 2, 20. ed. Brasília: CNPD, 1998.

MENDES, L. **DICAS**: O guia que você precisa para ficar livre de vez. 2006.

MIRABETE, J. F. **Manual de direito penal**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOLINA, G. A., GOMES, L. F. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: RT, 2006.

OLIVEIRA, A. S. Família: um desafio para os assistentes sociais. 1999. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/>. Acesso em: ago.2012.

SINGER, P. **O capitalismo**: Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

PEREIRA, T. M. D. **Identidade profissional do assistente social no sistema penitenciário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

SIQUEIRA, J. R. **O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade**. In: Serviço Social e Sociedade, N° 67, São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, A. A. **Direitos humanos e sistema penitenciário brasileiro**: desafio ético político do serviço social. In: Serviço Social e Sociedade, N° 67, São Paulo: Cortez, 2001.

VICENTE, C. M. **O direito à convivência familiar e comunitária**: uma política de manutenção do vínculo. In: Família Brasileira: a base de tudo. 4. ed. Brasília, DF: Cortez, 2000.